

30 de junho de 2025
Edição 218**2º PRÊMIO****RESPONSABILIDADE SOCIAL
DO PODER JUDICIÁRIO
E PROMOÇÃO DA DIGNIDADE****Prática da SPDM é Destaque Nacional em Prêmio de
Responsabilidade Social do Poder Judiciário**

A prática “Promoção de Ações Afirmativas de Apoio aos Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade” da SPDM conquistou mais um importante reconhecimento ao alcançar o 5º lugar no 2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade, na Categoria III – Promoção da Inclusão Social e Combate à Discriminação.

Concorrendo com 22 práticas avaliadas nesta categoria, esse resultado expressivo reforça o compromisso institucional da SPDM com os valores da dignidade humana, equidade e inclusão.

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o prêmio tem como objetivo reconhecer e disseminar práticas inovadoras e eficazes que promovam a dignidade da pessoa, enfrentem todas as formas de discriminação, combatam o tráfico de pessoas, estimulem a inclusão social e valorizem o trabalho decente em ambientes saudáveis.

A prática apresentada pela SPDM integra o Planejamento Estratégico institucional desde 2020, ano em que foi criado o Comitê de Inclusão e Diversidade, responsável por liderar ações afirmativas e propor iniciativas organizacionais mais justas e representativas.

A classificação da SPDM neste relevante prêmio nacional é um reconhecimento concreto do compromisso contínuo da instituição com a construção de ambientes de trabalho mais justos, equitativos e livres de preconceito, com impactos positivos para toda a sociedade.

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES

A conquista do 5º lugar da SPDM no 2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário, na categoria *Promoção da Inclusão Social e Combate à Discriminação*, está diretamente alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 da ONU – Redução das Desigualdades.

Mais informações sobre este prêmio acesse o site através do link abaixo:

<https://www.cnj.jus.br/direitos-humanos/premio-de-responsabilidade-social-do-poder-judiciario-e-promocao-da-dignidade/>